

Bolsa-Família versão 2011

(Leandro Kleber)

TRANSIÇÃO Dilma afirma que programa de transferência de renda deverá ser ampliado para atender 750 mil famílias sem filhos. Ideia é ampliar os projetos sociais de Lula, chamados de "herança bendita"



Na chegada à reunião com os integrantes da equipe de transição e técnicos, a presidente eleita, Dilma Rousseff, acena para os jornalistas Brasília – Na primeira reunião temática da equipe de transição do novo governo, a presidente eleita, Dilma Rousseff, anunciou que 750 mil famílias que não têm filhos e estão na linha de pobreza deverão ser contempladas pelo programa Bolsa-Família a partir de 2011. A informação foi divulgada depois da realização da primeira reunião da petista no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – sede da transição – desde a vitória nas urnas, em 31 de outubro. "A presidente tratou do tema durante a campanha e essa é uma tendência que deverá ser seguida", disse a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes. O governo Dilma ainda pretende ampliar os programas sociais e criar um fórum permanente de discussão do tema. "Erradicar a pobreza é nosso compromisso fundamental. Os programas do governo Lula foram extremamente bem-sucedidos, sobretudo o Bolsa-Família. Agora, o grande desafio é dar um salto e avançar sobre essa herança bendita deixada pelo presidente. Essa herança tem sempre um grande peso. Para honrá-la, teremos que ser inovadores", disse Dilma. A presidente eleita ressaltou que é preciso ampliar outros programas, como o Território para a Cidadania, que tem como objetivo promover e universalizar ações básicas de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Dilma citou o Vale do Jequitinhonha e as regiões metropolitanas das grandes cidades como exemplo de lugares de extrema pobreza. "O governo deverá fazer intervenções e trabalhar com estados, municípios, universidades, entidades da sociedade e setor privado para ter maior capacidade de identificar essas famílias a fim de verificar e atender suas necessidades fundamentais", disse a presidente eleita durante a reunião. Na proposta orçamentária de 2011 que tramita no Congresso, estão previstos R\$ 14 bilhões para o Bolsa-Família. "Temos alguns cenários para reajustar o valor do benefício nos próximos anos. Isso vai acontecer com base em estudos. A decisão será da presidente Dilma e há uma discussão sobre orçamento na Câmara", afirmou a ministra do Desenvolvimento Social. Ficou decidido que um fórum permanente de erradicação da pobreza, composto por especialistas no setor, será criado para discutir o aprimoramento das políticas sociais. Segmentos minoritários também serão contemplados por programas sociais a partir de 2011. O governo já está monitorando as populações de rua, povos indígenas, comunidades ribeirinhas, quilombolas e povoados de áreas de fronteira para iniciar as ações. "Os frutos mais baixos das árvores já foram colhidos. Agora, é necessário desenvolver técnicas para erradicar a pobreza, aliviando-a a curto prazo e com efeito a longo prazo. Isso é o principal", destacou o presidente da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Neri. Qualificação profissional Além de prometer ampliar o Bolsa-Família, a equipe de Dilma afirma que, em sintonia com essas políticas de combate à pobreza, também estão incluídas melhorias na área de qualificação profissional, ampliação da rede de educação infantil e "um olhar com mais cuidado" à juventude brasileira. Há um consenso entre os especialistas de que o Brasil tem condições de eliminar a pobreza nos próximos anos. O presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Pochmann, acredita que é possível alcançar a meta em um curto espaço de tempo. "É preciso reconhecer que o avanço da economia e de tecnologias também poderá fazer com que pessoas que hoje não são pobres se transformem em pobres", pondera.